



O PROTESTO SOCIAL NO BRASIL: um enfrentamento estratégico

Robson de Sousa Moraes

Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ)
Universidade Estadual de Goiás/Campus de Goiás
robsondesousamoraes@hotmail.com

Tobias Bueno

Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ)
Universidade Estadual de Goiás/Campus de Goiás
tobiasbueno@hotmail.com

Uelinton Barbosa Rodrigues

Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ)
Universidade Estadual de Goiás/Campus de Goiás
uelintoncageo@yahoo.com.br

Introdução

“Se um Homem não sabe a
que porto se dirige, nenhum
vento lhe será favorável”.
Sêneca

O Brasil presenciou neste primeiro semestre de 2013 uma onda de protestos que atingiu centenas de cidades em todas as regiões do país. Milhões de pessoas foram para as ruas e demonstraram sua insatisfação com as inúmeras insuficiências historicamente constituídas e acumuladas pelas contradições e antagonismos sociais existentes e perpetuadas pelo estado brasileiro. Deflagrada pela precariedade do acesso a direitos básicos e fundamentais, as manifestações ganharam as ruas de centenas de municípios em todo país, incorporando uma plural e diversificada camada juvenil que com sua rebeldia, alegria e criatividade mudaram o cenário político brasileiro. Depois das euforias, indignações ou festejos, se faz necessário questionar: quais as mudanças e/ou permanências apresentadas pelas denominadas “jornadas de junho” para vida social e política brasileira? Quais os objetivos estavam nas pautas de reivindicações? Quais são os meios necessários para alcançar os objetivos? Este trabalho tem como objetivo contribuir para o debate interpretativo da atual conjuntura nacional, priorizando em sua análise as questões estratégicas e táticas dos grupos subalternizados e seu enfrentamento a estratégia imposta pelas classes dominantes que combina resignação, deslegitimação midiática, criminalização e violência policial.



A Definição dos Objetivos Políticos: uma discussão inicial

O Modo de Produção Capitalista ao longo de séculos de existência vivenciou profundas metamorfoses com o intuito de reinventar-se. Inicialmente o capital dominante constituiu-se hegemonicamente na forma mercantil configurando sua expansão territorial a partir do processo de inserção colonial, responsável pelo extermínio direto de milhões de pessoas em todo o planeta. Em sua segunda fase o Capitalismo implementou a denominada revolução industrial, reformatando as relações políticas, culturais, sociais e econômicas em escala internacional. Neste período surgem as primeiras lutas de caráter anticapitalista e projetos alternativos de sociedade disputam a hegemonia política. Recentemente a mundialização do capital e a transnacionalização das empresas arremessam a dinâmica da produção e consumo de mercadorias a um novo patamar denominado de globalização (BEAUD, 2005). No entanto, os problemas mais imediatos da Classe Trabalhadora continuam sem ser resolvidos. No atual momento histórico, o sistema produtivo vem elevando expressivamente sua lucratividade, combinada com a gradual eliminação de Direitos Sociais conquistados a duras penas. A passagem do período Fordista de acumulação rígida, para o Toyotismo de acumulação flexível (MOREIRA, 2008), amparado pela adoção de medidas neoliberais, reorientou o papel e as funções do estado nacional, diminuindo sua feição universalizante dos Direitos do Homem e maximizando a acumulação privada do capital.

Vivemos uma contradição histórica: nunca conseguimos produzir tanta riqueza, ao mesmo tempo em que nunca disseminamos tanto miséria. Superar esta contradição é uma tarefa política e condição fundamental para alcançarmos a paz, justiça social e uma vida digna para todos. A luta contra a desigualdade econômica e social é central para aniquilarmos outras formas de opressão reproduzidas a partir de uma estrutura societária patriarcal, sexista e homofóbica. O reconhecimento de inúmeras identidades só poderá lograr êxito na efetivação dialética de uma unidade na diversidade (CASTELLS, 2010), como método de organização do campo social, resgatando o princípio da Soberania Popular, que mesmo em sua tradição mais liberal, reconhece o direito da luta, da rebelião e da resistência contra a tirania de um estado que nega os princípios básicos da integridade humana, formalmente apontados em sua carta constitucional.



✓ A questão Estratégica

O estudo das lutas populares ao longo da história demonstra que, no contexto do Modo de produção Capitalista, sempre se encontra classes sociais em antagonismo como causa do conflito (SACHS, 2010), bem como a elevação do nível de desigualdade, como motivação e combinando com a manifestação da violência na relação entre as mesmas. A estratégia tem nestas lutas o objetivo de desestabilizar a correlação de força existente, sendo que a política se caracteriza pela sua posição frente aos sistemas de forças em choque. A ação política pode ser conduzida no sentido de dar sustentação ao atual equilíbrio de forças orientando suas ações para a estabilidade do sistema limitado por uma ordem vigente. Caso contrário a política pode ser orientada para ampliar a desestabilização do sistema de forças, vislumbrando uma alteração no status quo.

Por Estratégia podemos compreender o caminho geral que deve ser canalizada uma determinada luta na intenção de conquista de um objetivo (HARNECKER, 2004). São as formas como se planeja, orienta e executa os combates sociais na busca por uma meta. A elaboração de um caminho estratégico pressupõe uma correta interpretação da realidade histórica, identificando suas características estruturais e conjunturais, revelando o movimento das classes sociais e suas frações (força social), com seus respectivos interesses materiais, suas formas de agrupamento e organização. O ponto de partida de qualquer Estratégia é a análise da correlação de classes, genericamente podemos dividir a população brasileira em cinco setores diferentes: A burguesia, a pequena burguesia, os operários, os trabalhadores assalariados e o campesinato. Compreender o nível de articulação e subordinação entre as classes, suas alianças, grau de coesão, contradições, antagonismo e disputas é tarefa central para uma definição estratégica, avaliando concretamente suas forças e aproveitando ao máximo as contradições existentes e apontando os objetivos imediatos a ser conquistado.

Considerações finais, Conclusões inconclusivas: em defesa dos Black Blocs

Nos últimos meses a grande imprensa brasileira amparada em sua já conhecida, velha e carcomida ideologia conservadora, desencadeou uma agressiva campanha visando domesticar a onda de protestos sociais que eclodem de norte a sul do país. Em sua linha discursiva o oligopólio midiático busca separar os manifestantes em “pacíficos”



e “violentos”, “maioria” e “minoría”, apresentando a si mesma como uma defensora dos “Direitos” desde que reivindicados nos limites da ordem institucional. Nada de novo e surpreendente se levarmos em consideração que o maior veículo de comunicação do país, tratava como terroristas perigosos os grupos e pessoas procurados pelos aparatos repressivos da Ditadura Militar. O fato que pode surpreender alguns é a ácida crítica desferida por setores da chamada esquerda política, diante de um dito comportamento violento existente em inúmeras manifestações em centenas de cidades. Destacam-se os depoimentos da reconhecida Marilena Chauí, que em sua cega e dogmática adesão ao Partido dos Trabalhadores, aponta uma inspiração de caráter fascista na ação dos Black Blocs. Também relevantes são as declarações de Marcelo Freixo do PSOL, entusiasticamente defendendo a ação policial contra o que considera depredação do patrimônio. Estes dois simbólicos personagens da política nacional expressam e revelam os limites de seus pontos de vista, restringindo a possibilidade da ação política unicamente circunscrita nas balizas da lei e da ordem.

Invocar a “lei e ordem” além de desnudar uma concepção naturalista dos elementos que compõe o sistema jurídico, torna manifesto uma leitura completamente afastada da realidade dos conflitos sociais. Tal reivindicação normativa implicaria minimamente, levantar o questionamento sobre a existência de um “estado de direito” no Brasil. Recorrendo a Thomas Hobbes e seu Leviatã, os homens renunciariam a sua liberdade (no contexto hobbesoniano, visto como a ausência de restrição à ação individual), em benefício de um poder soberano garantidor da paz e da salvação do homem em sociedade. Nesta perspectiva, podemos interrogar se o estado brasileiro se apresenta como garantidor da paz social. Particularmente vislumbro a negatividade da resposta como algo certo. Neste caso podemos adotar o conceito de “resistência”, visto pelo próprio Hobbes como forma de controle do poder absoluto do estado.

Aceitando e devolvendo a provocação elaborada por Marilena Chauí, poderíamos afirmar que no caso da realidade brasileira, a inclinação ao fascismo está próximo da máquina estatal, sendo que o fenômeno das ruas se enquadraria na categoria “resistência”. Podemos apontar como componentes do fascismo: a intransigente defesa da disciplina e da ordem hierarquizada. Neste aspecto, por mais que se possa realizar acrobacias e malabarismos teóricos – conceituais, não há a possibilidade de aproximação da tática quase improvisada dos Black Blocs e sua aversão às verticalidades



disciplinadoras com o regime citada por Chauí. O mesmo já não se pode dizer do estado nacional brasileiro, altamente hierarquizado e disciplinador. Outra característica proveniente desta vertente autoritária de matriz europeia é a exacerbada moralidade receitada como qualidade fundamental para a restauração da ordem. Nem a leitura mais apressada e superficial do comportamento dos jovens de máscaras e roupas negras poderia vinculá-los a estas particularidades. Já da imprensa brasileira, não teríamos tanta segurança em negar tais vínculos. O culto a tradição é outro imperativo da política fascista. No caso dos black blocs, não se percebe nenhum apego a tradição alguma, sendo os símbolos nacionais, tais como a bandeira do Brasil, comumente alvo de severas repreensões por parte dos ativistas. Sabendo do espírito crítico que permeia a maior parte da trajetória e do trabalho intelectual de Marilena Chauí, podemos considerar que as ilações feitas por nossa importante filósofa, podem ter como fonte de inspiração a Academia de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, local na qual a professora da USP proferiu palestra a cadetes e oficiais. Chauí fez a infeliz opção de não destacar a farda preta e a faca na caveira do BOPE, com seu caveirão e a cotidiana ação criminosa da PMERJ, provocando uma inversão de valores na qual a vítima se transforma em agressor. Outra característica do fascismo é a construção de um vigilante estado policial violador dos direitos individuais. Mas quanto a isso, nossa importante intelectual preferiu não falar.

Referências

BEAUD, M. **A História do Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HARNECKER, M. **Estratégia e Tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HOBBS, T. **O Leviatã**: matéria forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MOREIRA, Ruy. **A reestruturação espacial e as novas formas de sujeitos e conflitos nas relações geográficas deste começo de século**. In: Revista Terra livre nº 30. Presidente Prudente: AGB, 2008.

SACHS, E. **Marxismo e Luta de Classes**. Salvador. Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.